

CARTA ESTRATÉGICA DE LISBOA 2010-2024
- UM COMPROMISSO PARA O FUTURO DA CIDADE -

Proposta

documento-síntese

2009-07-03

A Carta Estratégica é um instrumento de orientação que nos permite navegar resolutamente entre 2010 – o centenário da República – e 2024 – o quinquentenário da conquista da liberdade, datas de enorme significado e importância. É para este futuro demarcado por datas simbólicas que a Carta Estratégica propõe um caminho coerente, afirmativo, de oportunidade, de descoberta.

A Carta constitui um processo participativo num contexto democrático em que o protagonista é o cidadão – aquele que se exprime, aquele que discorda, aquele que comunica, aquele que propõe. É um modo aberto, mas estruturado, de encontrar uma nova narrativa para a cidade, uma leitura que acomode o ritmo da mudança com o tempo das instituições e a impaciência dos munícipes.

As cidades são locais de encontro e de desencontro, de partidas e de chegadas mas, também, concentrações de excelência e de florescimento cultural, onde se afirma a cidadania. O mundo globalizou-se com as cidades a emergirem como centros de troca e eixos de redistribuição de influências civilizacionais. O fenómeno da urbanização vem de longe e Lisboa sempre esteve neste mapa. Lisboa, com a sua luz, há mais de mil anos que atrai e encanta quem a procura e a descobre.

Orientações robustas e perspectivas diversificadas, mas complementares, presidem à Carta Estratégica. Se, do ponto de vista global, Lisboa se define como a Capital da República e da Cidadania, sem dúvida que os seus cidadãos entendem o seu cosmopolitismo como uma Cidade de Bairros. E, naturalmente, o viajante e o turista de passagem apreciam e descobrem Lisboa em termos de património, de cultura e de alegria de viver.

As quatro orientações principais propostas na Carta Estratégica, verdadeiros pontos cardeais da Cidade renovada onde queremos viver em 2024, são as que se indicam seguidamente.

I. Uma nova prática: CUMULATIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE LISBOA

A primeira constatação do pensamento sobre a Carta Estratégica é a da necessidade fundamental de uma cumulatividade das políticas sobre a cidade, no período 2010-2024, a de um comprometimento dos cidadãos e das forças políticas quanto à persistência de um conjunto de grandes objectivos no horizonte dos próximos quinze anos. A Carta Estratégica constitui uma expressão deste compromisso.

A cidade como lugar da negociação dos conflitos e das diferenças implica que os cidadãos se possam encontrar, premeditada ou ocasionalmente, para poderem discutir, prever, modificar, influenciar o futuro do território metropolitano (em termos de habitação, emprego, educação, entretenimento e mobilidade). Esta é uma visão de envolvimento e de participação de todos os cidadãos. A sustentabilidade ambiental e a eficiência energética de Lisboa estão extremamente dependentes quer da governança quer das alterações comportamentais.

Teremos de melhor perceber os espaços e os tempos essenciais para o desenvolvimento e a coesão da cidade, dotando de responsabilidades e recursos as escalas e os órgãos mais adequados de acção pública em cada dimensão. Teremos de ser mais exigentes, mais eficientes, mais auto-críticos e avaliativos.

II. Uma centralidade reassumida: LISBOA, CAPITAL DA REPÚBLICA E DA CIDADANIA ABERTA AO TEJO E AO MUNDO

Lisboa, e toda a região circundante, devem a sua força ao rio. A sua identidade repousa sobre o estuário do Tejo, monumento natural que urge reconhecer e requalificar como tal no período 2010-2024. A cidade tem de olhar para o estuário como para um espelho e pensá-lo como um símbolo da

vida material, intelectual e política que nela prospera. O estuário tem de voltar a encher-se de barcos e de velas. Temos de nos transportar, de novo, ao longo das suas margens e abraçá-lo de ângulos inesperados, não apenas atravessá-lo monotonamente tratando-o como um obstáculo. Lisboa foi porto antes de ser cidade. Urge agora assumir-se como uma cidade com porto. Compreende-se historicamente o afastamento do rio depois da catástrofe de 1755. E que os principais pólos de ligação ao mundo, onde se destaca o aeroporto -- centro motor e difusor do modelo contemporâneo de globalização – tenham colaborado nessa migração. Mas inverter este processo de recusa colectiva é uma condição para que a cidade rompa com inibições arcaicas e, assim, volte a reassumir a sua beleza monumental e se redescubra no estuário: único, inimitável, como uma obra de arte.

Lisboa terá de ser capaz de renovar a sua base de criação da riqueza orientando-a para o mercado mundial. Deverá ser capaz de desbloquear a sua mobilidade e adaptabilidade internas e externas, caminhando para o desenvolvimento de grandes redes metropolitanas, para a viabilização de plataformas de conectividade internacional.

Vista do exterior, Lisboa tem que aparecer como Capital da República e da Cidadania, uma cidade onde a qualidade do espaço público se imponha pela sua importância no desenho do ambiente da cidade. Apreciar Lisboa antiga é uma ideia jovem. Não há heranças mortas, não há memória sem imaginação. Lisboa precisa de ser mais legível e coerente na sua sinalética, menos poluída sonoramente, mais consciente da sua dimensão olfactiva. É preciso lembrar que uma cidade existe a três dimensões mas é percebida através dos cinco sentidos. O espírito da cidade é também a sua atmosfera. A revitalização política de Lisboa deverá passar pelo reconhecimento do seu duplo estatuto de centro de uma região de grande relevância económica e de capital de um país com fundas raízes históricas.

III. Uma nova divisão administrativa para multiplicar escolhas: LISBOA, CIDADE DE BAIROS, COSMOPOLITA

Para os seus habitantes, Lisboa precisa de se transformar numa cidade de bairros, realçando o carácter existente, plantando as sementes do futuro. O bairro deve ser a unidade estruturante, no espaço e no tempo, definidor do orgulho e do prazer da cidadania. O cidadão deve gostar de viver e/ou trabalhar no seu bairro. Nos bairros a mobilidade deve ser essencialmente pedestre. Por esse motivo os bairros devem ter uma escala humana, não excedendo a dimensão espacial das cidades medievais. A ligação dos bairros, em rede, deve ser complementada por transportes colectivos regulares, frequentes, limpos e silenciosos. As ruas deverão ser desenvolvidas para os “peões” – ruas pedonais e praças no centro de cada bairro. Pequenas intervenções poderão ter grandes e

demonstrativos efeitos: ruas com passadeiras ao nível do passeio introduzem ao mesmo tempo barreiras naturais à velocidade dos veículos e invertem a percepção de a quem é que se destina preferencialmente a via pública. Os serviços devem ser organizados numa lógica de proximidade, desde a facilitação da constituição de centros cívicos à resolução dos problemas quotidianos relacionados com os novos estilos de vida. Lisboa deve responder a estas necessidades de habitabilidade e vivências diversificadas. Lisboa é cidade e tem responsabilidades para com os seus habitantes.

A descentralização administrativa a nível intra-municipal, através de agrupamentos de freguesias e da constituição de entidades administrativas de proximidade, fará com que a Câmara se preocupe fundamentalmente com a articulação com outros municípios (a “grande região de Lisboa”), com o governo central e com outras instituições públicas e privadas. À Câmara deve competir a definição, a condução e a monitorização de uma agenda de trabalho que passa por um conjunto de assuntos-problema como a política de reabilitação urbana, ordenamento, transportes, energia, entre outros. A valorização e reabilitação do património, bem como a reorganização dos espaços (integrando os vazios urbanos), necessitam de uma maior autonomia para a grande cidade, negociada com o governo central.

É tempo de a “grande região de Lisboa”, centrada no Tejo, com os seus futuros pólos de intermodalidade (que definem novos vectores), tomar consciência da sua existência colectiva. Lisboa deve colher, cruzar e aplicar bons exemplos dentro de si nestas matérias; deve ser uma cidade com exigência em relação a si própria, devendo ter um modelo de governança que reflecta estas preocupações. Lisboa como capital liga Portugal ao mundo e por isso também tem responsabilidades perante o país.

IV. Novos percursos e geração de oportunidade: LISBOA, CIDADE DA DESCOBERTA

Lisboa deve tornar-se, por vontade, energia e imaginação dos seus habitantes, em particular dos jovens, numa cidade segura de si e na fronteira do conhecimento, que se projecte no país e no mundo. Lisboa, ao mesmo tempo, deve proporcionar aos seus habitantes e visitantes a descoberta de novas perspectivas e recantos novos bem como o desfrute de um valorizado património, de uma cultura cosmopolita, plena de alegria de viver. Lisboa será, assim, entendida como a cidade da descoberta.

O património natural e construído, razão e pretexto da criação de riqueza e de cultura, é uma plataforma para o surgimento de oportunidade, de criatividade, de empreendedorismo. O exemplo das grandes instituições que se instalam em Lisboa pela sua centralidade e cosmopolitismo deve

ser assinalado, mas daí deverá resultar uma contrapartida para a cidade que as acolhe, nomeadamente em termos da eficiência energética dos edifícios que ocupam e das características do espaço público que disponibilizam. Lisboa é a co-localização em acção, é tudo a acontecer, desde a investigação à formação, desde a tradição à inovação, desde o sector associativo ao sector privado. A criação de riqueza deve assentar na qualificação das pessoas e na utilização intensiva de mecanismos de diferenciação e intermediação europeia, atlântica e mundial. Cidade de experimentação, bem sucedida pela combinação de características naturais, históricas, humanas e culturais, Lisboa deve surpreender e motivar a sua contínua descoberta.

Permitir a criação de emprego e oportunidade económica não é descuidar da equidade, solidariedade, coesão e acolhimento do outro. Aqui reside a atractividade da cidade. E não esqueçamos as creches e as escolas – as escolas são as utopias que se tornarão realidade no espaço de uma geração. Por isso as novas escolas deverão ser implantadas nos mais belos espaços da cidade, assumindo-se como observatórios da polis, mirando-se no estuário do Tejo, marcando um passeio ribeirinho dedicado à descoberta, ao desafio, à contemplação. Passeio que deveria ser pontuado por oficinas, laboratórios, residências, espaços para artes dramáticas.

* * *

Os princípios fundamentais da Carta Estratégica resultam da resposta a seis questões com que a cidade se debate e que constituem os actuais desafios estratégicos no planeamento da cidade; e é interessante observar como essas seis questões estão colocadas nos pontos críticos do processo de formação da identidade e de afirmação da confiança de uma sociedade organizada face ao seu futuro (ver Figura). São elas:

1. Como recuperar, rejuvenescer e equilibrar socialmente a população de Lisboa?
2. Como tornar Lisboa uma cidade amigável, segura e inclusiva para todos?
3. Como tornar Lisboa uma cidade ambientalmente sustentável e energeticamente eficiente?
4. Como tornar Lisboa cidade inovadora, criativa, capaz de competir num contexto global, gerando riqueza e emprego?
5. Como afirmar a identidade de Lisboa num mundo globalizado?
6. Como criar um modelo de governo eficiente, participado e financeiramente sustentado?

Do processo de resposta e de reflexão sobre estas seis questões de carácter geral e transversal, com múltiplos cruzamentos e interações, resultaram contributos e soluções de enorme pertinência e consenso, por nós articulados em quatro orientações principais, que merecem ser debatidos pela cidade e pelos seus cidadãos.

Os seis relatos que se juntam (bem como os relatos circunstanciados que se anexam em suporte electrónico) constituem parte integrante da Proposta de Carta Estratégica que os Comissários assim entregam à Cidade, para discussão.

Ao devolver a cidade e o seu património, o rio e os bairros aos cidadãos estaremos a construir as condições para reduzir a desigualdade, o desequilíbrio e a disfuncionalidade, e a aumentar a sua relevância internacional. Lisboa definir-se-á pelo exemplo no exercício da cidadania, da oportunidade e da sustentabilidade. A sua alma múltipla pulsará mais forte. E o bulício da cidade conviverá com o sussurro dos seus recantos únicos, as ondas do Tejo requebrar-se-ão nos cais de Lisboa, as redes electrónicas ligá-la-ão aos afazeres do globo. Lisboa será descoberta. E os lisboetas sonharão com o futuro. Será assim em 2024.



João Caraça
Comissário Geral



Ana Pinho
Comissária



Augusto Mateus
Comissário



Manuel Graça Dias
Comissário



Simonetta Luz Afonso
Comissária

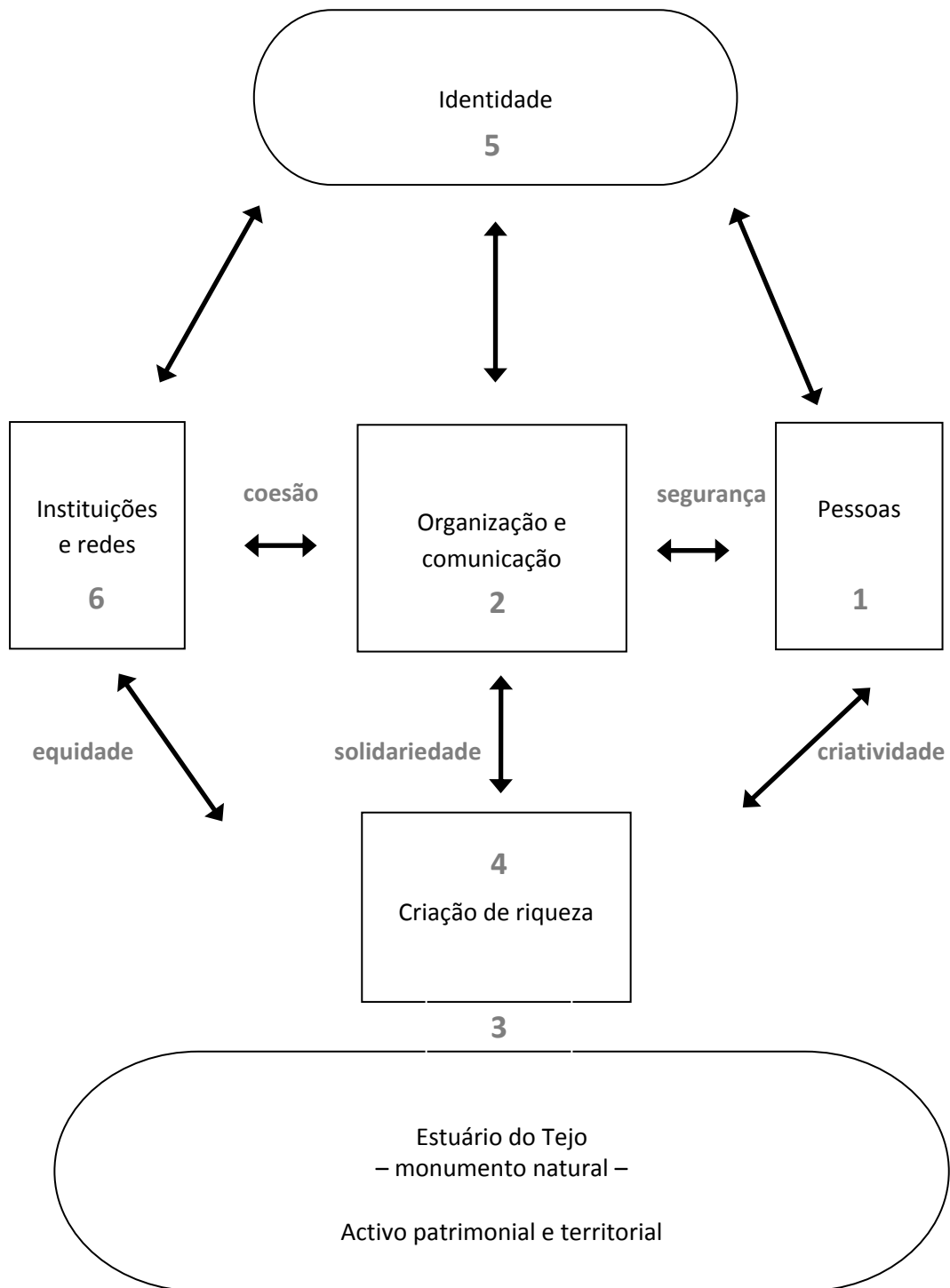


Tiago Farias
Comissário



João Seixas
Comissário

FIGURA – Formação da identidade de uma Sociedade



Equipa técnica de apoio ao Comissariado

Sandro Mendonça	Comissário Geral
-----------------	------------------

Marta Faria Ana Vasconcelos	Comissário Tiago Farias
--------------------------------	-------------------------

Duarte Azinheira João Paulo Cotrim Jorge Silva Rita Sá Marques	Comissária Simonetta Luz Afonso
---	---------------------------------

Manish Fernandes	Comissário João Seixas
------------------	------------------------